

In/exclusão de pessoas com deficiência na licenciatura em Química: (in)conformidades

The In/exclusion of people with disabilities in the degree in Chemistry: (in)conformities

Tatiane Estácio de Paula

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de pós-graduação em Educação em Ciências
tatianeestaciodepaula@gmail.com

Rochele de Quadros Loguercio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de pós-graduação em Educação em Ciências
rochelel@gmail.com

Resumo

Este texto problematiza a in/exclusão de pessoas com deficiência visual na perspectiva dos sujeitos considerados “normovisuais”, tais sujeitos são licenciandos do curso de Química de uma Universidade pública localizada em uma capital da região sul do Brasil. Buscou-se mediante uma oficina, ouvir as enunciações e problematizar as “verdades” que constituem a subjetivação desses licenciandos sobre a in/exclusão de pessoas com deficiência visual no curso de Química. Ademais, foram realizados registros fotográficos sobre o espaço universitário por eles ocupados, a fim de identificar na materialidade espacial os aspectos que levam a padronização do curso e dos sujeitos que atuam nesta área do conhecimento. Percebemos por meio das análises, grupos de sujeitos conformados e inconformados com os processos de in/exclusão e com aspectos específicos do curso de Química. Realizamos esta abordagem de cunho pós-estruturalista baseada em autores contemporâneos aliados aos conceitos encontrados nas obras de Michel Foucault.

Palavras chave: deficiência visual, licenciandos, subjetivação, espaço universitário, in/exclusão.

Abstract

This paper discusses the in/exclusion of visually impaired people from the perspective of students considered "normovisual", are undergraduate students of the Chemistry course at a public University located in a capital city in the southern region of Brazil. By means of a workshop, we sought to listen to the enunciations and problematize the "truths" that constitute the subjectivation of these undergraduate students about the in/exclusion of people with visual impairments in the Chemistry course. Furthermore, photographic records were taken of the university space occupied by them, in order to identify in the spatial materiality the aspects that lead to the standardization of the course and of the individuals who work in this area of

knowledge. Through the analyses, we perceived groups of subjects that conformed and disagreed with the in/exclusion processes and with specific aspects of the Chemistry course. This is a post-structuralist approach based on contemporary authors allied to the concepts found in the works of Michel Foucault.

Key words: visual impairment, undergraduates, subjectivation, university space, in/exclusion.

1. Introdução

O presente artigo busca problematizar os efeitos dos discursos sobre a in/exclusão de pessoas com deficiência visual no processo de subjetivação dos estudantes ditos “normovisuais”. Neste caso, os estudantes que fazem parte da nossa investigação são licenciandos de Química, que se encontram em um curso que é organizado e guiado com base no *ethos* visual¹.

Devido ao fato de as políticas de inclusão incidirem diretamente sobre os estudantes e sobre os docentes, entendemos que problematizar as falas dos licenciandos se torna uma potente ferramenta para análise, sendo que estes sujeitos abrangem esta fase transitória (estudante - professor). Ouvir e problematizar essas enunciações permite uma possibilidade de entender as “verdades” que constituem as falas desses sujeitos sobre a in/exclusão de pessoas com deficiência visual e que ecoam nos espaços da Universidade. No entanto, cabe ressaltar que os processos de subjetivação não ocorrem apenas durante formação inicial docente, “esses processos são ininterruptos e produzem efeitos na constituição das formas de ser professor tanto em momentos anteriores à graduação, quanto depois da conclusão do curso” (LOCKMANN, MACHADO, FREITAS, 2017, p.5).

Com base nos discursos de diferentes campos que circulam desde o fim da década de 1990, a inclusão é tida como um imperativo de Estado (LOPES, RECH, 2013) e aceita como verdade dentro da racionalidade neoliberal, e com isso as estratégias utilizadas para conduzir a conduta dos sujeitos “não se exercem apenas sobre os sujeitos anormais (...), mas agem com uma ênfase bastante acentuada sobre a conduta dos próprios sujeitos normais, exercendo processos de subjetivação, sensibilização e, por que não dizer, sedução”(LOCKMANN, 2016, p. 24).

No entanto, alguns discursos sobre a educação de pessoas com deficiência que vem sendo difundidos pelo governo brasileiro desde 2016, apoiados em uma racionalidade neoliberal com caráter conservador, defendem a liberdade de escolha da pessoa com deficiência sobre sua escolarização lhe repassando a responsabilidade sobre a mesma, com intuito de isentar o governo da responsabilidade à um direito universal (CARVALHO, GALLO, 2020). Apresenta-se assim uma dinâmica flexível dentro do sistema neoliberal “que tem a elasticidade de advogar, em determinado contexto, tanto um imperativo da inclusão como, em outro, estender as possibilidades da exclusão, precarização e violência.”(SILVA, 2021, p. 163-164).

Deste modo, por intermédio do poder, instauram-se jogos de forças entre esses diferentes discursos, que produzem efeitos na subjetivação dos sujeitos. Tais discursos são considerados “verdades” do nosso tempo e produzem efeitos sobre os sujeitos, moldando suas subjetividades (LOCKMANN, MACHADO, FREITAS, 2017). Nesse sentido, Foucault descreve que “a

¹ Utilizamos o conceito de *ethos visual* como entendimento coletivo e cultural da visão como sentido majoritário (RODRIGUES, 2017).



verdade é deste mundo, produzida graças a múltiplas coerções e que produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 2004, p. 12).

Portanto, as práticas sobre a educação das pessoas com deficiência estão vinculadas a um regime de *verdade* que leva os sujeitos - normais e anormais - a exercerem determinados atos, agem sobre suas condutas e nas relações interpessoais (LOCKMANN, 2016).

2. Percursos Metodológicos

Para o processo de obtenção dos dados, foi realizada no primeiro semestre de 2022 uma oficina com 20 estudantes de Licenciatura em Química de uma Universidade Pública, localizada no Sul do Brasil, que estão matriculados no 5º período do curso. Para a aplicação da observação planejada², foram realizados 5 encontros com a duração de 2h cada, na disciplina de "Pesquisa em Educação em Química".

No encontro inicial foram abordadas as características das pesquisas qualitativas. Em seguida foram encaminhados aos estudantes um estudo dirigido em que os mesmos receberam um artigo, no qual deveriam identificar os aspectos relativos à pesquisa como: objetivo, método de coleta de dados e análise de dados. Os textos disponibilizados foram relativos à in/exclusão de alunos com deficiência visual, selecionados anteriormente, pelas autoras. O intuito de inserir tais textos foi aproximar os licenciandos da temática, bem como, fornecer embasamento para problematizações e discussões posteriores. Em encontros seguintes os estudantes apresentaram aspectos metodológicos do artigo sob sua responsabilidade.

Após a apresentação de todos os estudantes, a pesquisadora realizou uma breve apresentação dos aspectos metodológicos empregados nos movimentos exploratório e operatório utilizados em sua pesquisa. Após essa apresentação encaminhou-se a discussão com o grupo de licenciandos com problematizações sobre: aspectos políticos, dados estatísticos sobre a inclusão, normalidade existente na Química, (in)visibilidade de pessoas com deficiência visual na sociedade. Os encontros foram gravados e transcritos para posterior análise. A análise ancorou-se na análise de discurso com o intuito de problematizar os ditos sobre os processos de in/exclusão de estudantes com deficiência visual no campo da Química (PAULA, LOGUERCIO, 2022), estes ditos são o que chamamos de enunciações, termo definido por Foucault (2008) como “um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir” (p.114). Tal análise possibilita a produção de saberes sobre o tema investigado, visto que o discurso é tido como como prática social, permeado por relações de poder (FOUCAULT, 2008)

Deste modo, a linguagem tem grande importância em uma investigação, pois, como afirma Foucault (1992) ela não se faz na medida que imite e reduplique as coisas, mas na medida que manifesta e traduz o querer fundamental daqueles que falam. Analisar o discurso é dar conta “de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos” (FISCHER, 2001, p. 198) fato que se faz relevante para problematizar determinadas “verdades” que constituem os sujeitos mediante os processos de normalização³ e in/exclusão no Ensino de Química (PAULA, LOGUERCIO, 2022).

² Observação planejada, método que contou com um planejamento para aplicação e registro das informações antes da ação.

³ Na noção Foucautiana a norma age tanto por meio de um modelo tomado a priori aos próprios sujeitos (técnicas de disciplina/normalização), quanto na pluralização dos modelos que devem ser referência para

Após a realização da oficina, buscamos explorar o espaço físico onde esses licenciandos estudam, e fazer registros fotográficos do espaço, com intuito de entender como a organização física do espaço interpela a subjetivação desses sujeitos sobre a in/exclusão.

3. A constituição de sujeitos (in)conformados

No decorrer de seus estudos, Michel Foucault buscou investigar o modo como nos constituímos sujeitos, partindo de investigações sobre o sujeito e sua relação com o saber, com o poder e consigo mesmo.

Diante da importância da existência desses diferentes modos de subjetivação frente a presença de uma pessoa com deficiência visual no curso de Química, voltamos a usar essa noção de (in)conformidade para tratar dos dados obtidos por meio da oficina realizada com os licenciandos de Química "normovisuais" de uma Universidade pública e com isso problematizar as enunciações existentes que definem, limitam e posicionam a pessoa com deficiência visual no campo do Ensino/Educação em Química.

3.1 Conformidades

No que se refere às conformidades, iniciamos com as enunciações que demonstram um certo conformismo com a exclusão e a falta da circulação das pessoas com deficiência no espaço universitário, quando feita a seguinte questão: **Você conhece alguém com deficiência que ingressou/cursou uma graduação?**

"Essas pessoas não estão na universidade" (L2)

"Não é uma realidade recorrente. Não presenciei até hoje pessoas com deficiência visual nos cursos superiores" (L7)

"não conheço nenhuma pessoa com deficiência visual que tenha feito um curso superior" (L9)

"Eu acho a sociedade no geral bem exclusiva para cegos" (L14)

Aliado a essa premissa existem também, em diferentes campos do conhecimento, entendimentos e discursos "que tomam como ponto de partida a deficiência entendida como barreira, empecilho, dificuldade" (UHMANN, SCHWENGBER, 2020, p.8). Isso salienta a falta de pessoas com deficiência circulando no espaço universitário, bem como, a pretensão existente de se manter um padrão desejado de estudante em tais meios.

Essa falta de pessoas com deficiência circulando nos espaços universitários conforme narrada pelos licenciandos - sujeitos que estão atualmente experienciando esses espaços - pode ser considerada um efeito da lógica de governamentalidade neoliberal conservadora que atua no país na atualidade, em que "a inclusão de tais corpos na escola é estratégia biopolítica de exclusão da vida, por ajuntamento das tecnologias do biopoder, que tipifica o ineficiente, lançando-o fora de qualquer condição existencial (CARVALHO, GALLO, 2020, p. 157).

Assim, a exclusão de pessoas com deficiência vem ganhando forças com a conjuntura política atual, que leva a um esgotamento das ações inclusivas que dão lugar a "práticas cada vez mais

que todos possam se posicionar dentro dos limites estabelecidos, uns em relação aos outros (técnicas de segurança). Ambas formas de operação da norma existem e "são necessárias junto às artes de governar" (LOPES, FABRIS, 2013 p.42) mantendo-se constantemente em um jogo de forças.



incisivas de exclusão e precarização, quando não de práticas nitidamente necropolíticas" (SILVA, 2021, p. 163).

Outra conformidade identificada nas falas dos licenciandos referem-se ao estereótipo voltado ao profissional da Química e sobre necessidade de visão para exercer atividades no curso e na profissão, isso destaca-se ao responderem a seguinte questão: ***Quais as competências e habilidades apresentadas como necessárias para ser um profissional da área de Química?***

"Ah, na Química é sempre aquilo né? Sempre a representação é de um homem branco, mais velho, de jaleco e óculos no laboratório, mesmo se tratando da licenciatura"(L13)

" Nas aulas práticas, seria muito difícil, com a estrutura atual, um aluno cego cursar a graduação em química "(L1).

" Existem diversos apelos visuais no manejo de substâncias químicas, que acredito eu, os afasta da experiência universitária e a também do mercado de trabalho. "(L 10).

"(...) seria muito difícil incluir, principalmente considerando os riscos dentro do laboratório "(LC 8)

Tais excertos demonstram que ocorre uma interdição das pessoas com deficiência visual no campo da Química, tanto pelas características consolidadas socialmente sobre este profissional, quanto sobre o tipo de ensino que é adotado nos cursos de graduação na área, que ainda se apresentam pautados na lógica empirista, "que tem como base da produção dos conhecimentos a observação e a realização de experimentos" (FROZZA, PASTORIZA, 2021, p.5) Corroborando com essa máxima, Gil Pérez et al. (2001, p. 129) ressaltam que "esta ideia, que atribui a essência da atividade científica à experimentação, coincide com a de 'descoberta' científica, transmitida, por exemplo, pelas histórias em quadrinhos, pelo cinema e, em geral, pelos meios de comunicação, imprensa, revistas, televisão". Ademais, textos normativos que orientam a formação e descrevem o perfil do licenciado em Química, ressaltam dentre as competências e habilidades: a necessidade de utilizar e organizar o laboratório, saber usar a experimentação em Química como recurso didático, bem como, possuir conhecimento das normas de segurança para utilizar esse espaço (BRASIL, 2002),

Portanto, identificamos nas falas que há uma conformidade sobre a necessidade de experimentação para aprender Química aliada ao uso da visão [observação] para uma melhor performance no curso. Esse entendimento está em consonância com as características apresentadas em diferentes campos do conhecimento sobre as atividades de um docente de Química e também é interpelado pela lógica da racionalidade neoliberal, que almeja a produção de um profissional eficiente, competente e produtivo.

Assim, percebemos que os discursos sobre as habilidades e competências para ser um professor de Química interpelam a subjetivação desses sujeitos, e os levam a associar as atividades de experimentação e a segurança no uso do laboratório com a dependência da visão. Tal entendimento além de interditar as possibilidades de uma química invisual, produzem limitações e reduções na compreensão sobre a área e seus sujeitos (FROZZA, PASTORIZA, 2021).

Por fim, identificamos que existe uma conformidade que a deficiência visual está relacionada a uma falta, uma perda, uma ausência, que precisa ser suprida, percebemos que esse pensamento de "falta" posiciona a pessoa cega ou com baixa visão em um lugar de inferioridade. Tal pensamento está atrelado aos discursos presentes no campo médico sobre a deficiência, que



acaba por reforçar a concepção de “anormalidade”. Para Nunes e Lomônaco (2010, p.62) “Essa percepção organicista valoriza excessivamente o defeito orgânico”. As enunciações demonstram o entendimento que essa “ausência” pode ser resolvida com a substituição por outro sentido, para tanto os licenciandos citam a necessidade de fazer adaptações de materiais que explorem outros sentidos, como tato e audição. ***O que é preciso para incluir um(a) estudante com deficiência visual em aulas de Química?***

*“Para isso ele deve ter **materiais adaptados** que forneçam informações pelo **tato** ou pela **audição**” (LC 2).*

*“**Adaptar** os materiais, utilizando para a apropriação do conhecimento **o tato ou a audição** pode ser uma possibilidade para incluir os alunos com deficiência visual”. (LC4)*

*“Com diferentes materiais e maneiras de se tratar o assunto é possível de trazer para o entendimento, podemos **adaptar** uma tabela periódica para **uso tátil**, por exemplo. (L16).*

Entretanto, cabe ressaltar que “O tato constitui-se em recurso valioso no ensino de alunos cegos. Entretanto, não pode ser visto como substituto da visão, nem pensado de forma independente dos processos cognitivos envolvidos na apropriação dos conhecimentos” (BATISTA, 2005, p.13). Diante disso, não foram citadas pelos licenciandos novas possibilidades de ensinar a Química de um modo invisual, mas sim em adaptar a metodologia de ensino já existente que é aplicada aos estudantes “normovisuais”. Nesse sentido, Cunha (2017) destaca que por desinformação das capacidades reais da pessoa cega, o vidente acredita que o melhor para a mesma seja nivelar-se, o mais que possível, a maioria vigente, e com isso fazer adaptações a partir dos seus referenciais visuais passa a ser justificado pela necessidade aparente de suprir o déficit dos cegos e com isso ajudar no seu desenvolvimento cognitivo.

Aliado a esse entendimento não foram identificadas nas falas a necessidade de conhecer as características específicas do estudante antes de realizar as adaptações dos materiais. Diante disso, percebemos que há um entendimento da deficiência visual a partir do saber vidente de como é ter essa deficiência e a cultura do outro acaba sendo entendida de forma superficial, “como se a deficiência determinasse o sujeito, de modo que todos que possuíssem a mesma deficiência passassem pelas mesmas experiências, dificuldades e limitações” (CORRÊA, 2017, p.111).

3.2 Inconformidades

No que tange as inconformidades identificadas, iniciamos com as enunciações que descrevem que falta preparação na formação inicial para atender estudantes com deficiência, falas expressas com base na seguinte pergunta: ***Com a leitura do artigo, qual foi a sua percepção sobre o movimento de inclusão de alunos com deficiência na área do Ensino de Química?***

*“(…) há necessidade dos cursos de licenciatura em química de reforçar a **educação inclusiva**. Os licenciandos são criativos, só precisam de **mais orientações especializadas**. (L12)*

*“A educação de pessoas com deficiência é um direito e para que seja efetivamente executada nas escolas, para que seja um direito garantido, ela **precisa ser abordada principalmente nos cursos de formação inicial**” (L 13).*

“Compreendo que fica evidente que precisamos estudar as Políticas Públicas e o Contexto Histórico da Educação Especial e Inclusiva de forma crítica” (LC 14).

“Esse conceito de educação inclusiva deve ser ainda mais implementado para professores em atuação e também para futuros profissionais” (L18).

Tais relatos se aproximam daquilo que Corrêa (2017) ressalta em seu trabalho, que os professores se sentem despreparados para atuar no contexto inclusivo, apesar de acreditarem na importância da inclusão. Deste modo, identificamos que a racionalidade neoliberal atua na subjetivação desses sujeitos, pois, fica explicitado em suas falas o entendimento da responsabilidade do professor pelo sucesso ou fracasso da inclusão e que por esse motivo devem ser preparados ainda na graduação para atuar com os estudantes com deficiência. Essa aceitação dos licenciados sobre o compromisso do docente com o êxito da inclusão é decorrente de “processos de subjetivação que fazem o sujeito inclinar-se, curvar-se, dobrar-se aos discursos que circulam como verdadeiros numa época como a nossa.” (LOCKMANN, 2017, p.34).

Ainda problematizando a questão sobre a leitura do artigo foram relatadas a falta de investimento para que as pessoas com deficiência façam parte dos espaços universitários, assim como os licenciandos se conformam com o fato de não existir pessoas com deficiência nesses espaços, os mesmos se inconformam com o fato de não existir um espaço adequado que possibilite mudar isso.

“Vejo que a inclusão deste público ainda deixa muito a desejar, quando fazem algo é apenas uma pequena reforma colocando o piso tátil e rampas de acesso.”(LC 15)

“Existe falta de investimentos em materiais concretos e infraestrutura” (L2).

“acho justo que exista um ambiente propício ao aprendizado por indivíduos com deficiência”(L7).

Tais relatos salientam o entendimento que para que a inclusão das pessoas com deficiência aconteça é necessário realizar adaptações arquitetônicas, isso é um apontamento relevante por parte dos licenciandos que percebem a falta de adequação física. No entanto, compreendemos que muitas enunciações desse tipo estão vinculadas ao entendimento reducionista do processo inclusão, resumido a uma simples ocupação física do espaço. Sendo assim, cabe enfatizar que mesmo sendo a acessibilidade ao espaço físico um dos pontos cruciais para a incluir e permitir a presença das pessoas com deficiência nos ambientes escolares, o movimento da inclusão “não será resolvido somente através da garantia de acesso a recursos materiais e estruturais” (LOCKMANN, MACHADO, FREITAS, 2017, p.10).

4. Espaço Universitário e sua forma que (in)conforma

As experiências adquiridas pelos professores de química ocorrem majoritariamente no espaço da Universidade, em atividades desenvolvidas durante a graduação com o propósito de dar ao futuro professor conhecimentos para o exercício da docência (FROZZA, PASTORIZA, 2018). Portanto, buscamos analisar o espaço físico do ambiente universitário dos licenciandos participantes do estudo, com intuito de perceber como a organização física desse espaço contempla [ou não] as diferenças. O espaço em questão é uma Universidade Pública, localizada em uma capital na região sul do Brasil.

Com auxílio de um funcionário da Instituição que apresenta comprometimento visual, buscamos percorrer os caminhos de uso comum da Universidade, bem como aqueles que levam aos espaços específicos do curso de Licenciatura em Química.

Conforme já citado neste trabalho, a acessibilidade arquitetônica do espaço físico é apenas um dos pontos a serem contemplados para a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares. No entanto, entendemos que é um fator muito importante para ser problematizado, sendo que causa efeitos tanto nos “anormais” que ocupam os espaços de forma diferente do padrão estabelecido, quanto nos sujeitos ditos “normais” que os compartilham. Ora, as relações de poder são exercidas sempre em algum espaço, por isso, os mecanismos disciplinares e biopolíticos governam populações e corpos, regulando os processos de circulação (LEMOS, 2012).

Portanto, investigar o espaço físico também se torna relevante especialmente porque as relações de poder existentes no espaço da Universidade, além de governar os corpos que ali existem, implicam diretamente em ações de in/exclusão e normalização. Ademais, entendemos que “Ocupar um espaço é um ato político. O ato de uma pessoa com deficiência ter acesso e permanecer nas IES, por exemplo, é um ato capaz de alterar uma atmosfera do local que não foi, pela construção histórica, preparado para recebê-la” (SANTOS, 2019, p. 54). Diante disso, apresentamos a seguir um conjunto de imagens registradas durante o percurso na Universidade.



Figura 1 - Rua após portão de entrada prédio



Figura 2 - Calçada lateral de entrada prédio



Figura 3 - Calçada entre o prédio de Química e um restaurante



Figura 4 - Escada para entrada/saída Campus



Figura 5 - Calçada próxima da entrada /saída do campus



Figura 6 - Ponto de ônibus próximo ao portão de entrada/saída



As Figuras (1 a 6) apresentam as áreas ao entorno do prédio do curso de Química, com piso tátil em más condições para uso, com muitas partes quebradas, irregulares, gastas e sem manutenção. Também são identificados pisos aplicados de modo disforme, fazendo com que haja muitos desníveis no caminho das pessoas com deficiência visual que fazem uso desse recurso de acessibilidade. Tal situação também foi identificada na pesquisa de Santos (2019) que investigou a situação da acessibilidade do espaço físico em outra Universidade pública, o autor destaca que “mesmo nos lugares em que encontramos essa sinalização [tátil], há um abandono na manutenção e uma ausência de continuidade” (SANTOS, 2019, p. 65).

Em outros locais, como registrado na Figura 5, o piso tátil inicia e termina num pequeno percurso [que não é final da calçada] e sem o piso de alerta, fazendo com que as pessoas com deficiência visual não tenham autonomia para circular por toda extensão. Na Figura 6 identificamos um ponto de ônibus sem nenhum tipo de indicação tátil, sonora que dificulta o deslocamento de uma pessoa com deficiência para além dos muros da Universidade.

No caso específico do prédio do Instituto de Química, o que se destaca é a falta de qualquer tipo de acessibilidade arquitetônica para as pessoas com deficiência visual. Falta de piso tátil nos corredores do curso que levam às salas de aula, aos laboratórios; orientações de segurança para uso do laboratório somente vinculadas a referências visuais, bem como, as informações para localização das salas de aulas e demais espaços, conforme demonstrado nas figuras a seguir:



Figura 7 - Corredor de acesso as salas e laboratórios do Instituto de Química



Figura 8 - Placa de Instruções para uso do laboratório



Figura 9 - Laboratório do Curso de Química



Figura 10 - Chuveiro de emergência



Figura 11 - Chuveiro de emergência

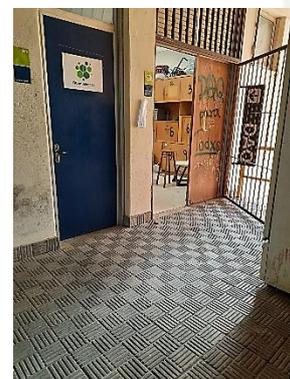


Figura 12 - Diretório Acadêmico



As imagens sobre os espaços físicos do curso de Química (Figuras 7 a 12) estão em consonância com os relatos dos licenciandos, sobre a falta de investimento e a arquitetura inadequada para uma pessoa com deficiência visual. Tal fato reforça a interdição das diferenças, a exclusão, e o entendimento que as pessoas com deficiência visual não pertencem àquele espaço, reforçando as práticas de aniquilação das diferenças e de supervalorização do sentido da visão.

Aliado a isso, no âmbito das políticas públicas para garantia de acesso e permanência à escolarização das pessoas com deficiência, percebemos que “desde 2016 emergiu uma enunciação visando a combater as experiências e as teorias educativas voltadas para as diferenças” (CARVALHO, GALLO, 2020).

Nas Figuras 10 e 11 chamamos a atenção para a questão da segurança para o uso do laboratório, apresentada pelos licenciandos como um dos impedimentos para a pessoa com deficiência visual exercer com êxito a profissão, identificamos aqui que “os discursos marcam a aparência e, por sua vez, a capacidade” (UHMANN, SCHWENGBER, 2020, p.16). Nesse sentido, destacamos que as questões de segurança que identificamos não são decorrentes da falta de acesso visual e sim da materialidade do espaço a ser ocupado. Como no caso do chuveiro de emergência do laboratório (Figura 10) está com objetos ao seu entorno que dificulta seu uso pelas pessoas com e sem deficiência visual, no que se refere ao piso do laboratório (Figura 11) que além de não existir orientações táteis apresenta um desnível decorrente de uma quebra do piso que pode promover uma queda a qualquer sujeito que ocupa aquele espaço, tais problemas são oriundos da falta de manutenção do espaço físico e não da privação da visão.

Na Figura 12 é apresentada a sala do Diretório Acadêmico do curso, um espaço político de importante representação para os estudantes, nesse caso um estudante cego ou com baixa visão teria muita dificuldade para chegar até esse local, sendo que além de não haver piso tátil o corredor tem vários obstáculos para o deslocamento de uma pessoa com comprometimento visual dificultando a participação das diferenças nesse espaço. Nesse sentido, Santos (2019, p.34) reitera “o quão político é um corpo (com ou sem deficiência) e o quão é importante a ocupação de corpos com deficiência em espaços ocupados majoritariamente por pessoas não declaradas com deficiência”.

Algumas considerações

De acordo com as articulações realizadas neste trabalho entendemos que as inconformidades presentes nas enunciações dos licenciandos são resultados das práticas discursivas e não discursivas vivenciadas por esses sujeitos nos diferentes meios: família, escola, Universidade. Analisando as enunciações percebemos uma conformidade em relação à ausência de pessoas com deficiência visual nos espaços universitários e isso pode ser considerado efeito de um espaço universitário organizado para um padrão de estudante, no caso específico do curso de Química para um estudante “normovisual”.

Ademais, percebemos que os discursos proferidos em diferentes meios, que entendem a Química como uma ciência pautada na lógica empirista, interpelam a constituição dos sujeitos investigados e o efeito desse discurso ocasiona práticas de exclusão e interdição das pessoas com deficiência visual nesta área do conhecimento, colocando-os em uma posição de incapacidade e ineficiência frente às demandas “visuais” do curso.

Os licenciandos relataram a falta de tratar o tema da inclusão no curso, fato que está em consonância com os ideais governamentais de um neoliberalismo conservador que atua no país

atualmente e tem a premissa de combater as teorias educativas voltadas para a inclusão de diferenças, bem como, de reduzir a presença e a participação dos diferentes. Isso reflete na falta de investimentos e manutenção dos espaços físicos para a circulação desses sujeitos, sendo que a ocupação dos espaços pelos corpos com deficiência entendida como um ato político de resistência irá promover uma distorção, uma perturbação, uma inconformidade no universo ao seu redor, fato que tais ações governamentais tentam impedir com estratégias de silenciamento e a aniquilação das diferenças.

Agradecimentos e apoios

Agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Instituto Federal Catarinense pela licença concedida à autora.

Referências

- BATISTA, C.G. Formação de Conceitos em Crianças Cegas: Questões Teóricas e Implicações Educacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. vol. 2, n. 1, pp. 7-15, 2005.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação Superior. Resolução CNE/CES 8/2002. **Lex: Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Química**. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de março de 2002. Seção 1, p. 12.
- CARVALHO, A. F.; GALLO, S. D. O. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, vol.16, n.1, p. 146-160, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/52688>. Acesso em: 08 set. 2022.
- CORRÊA, C. B. **A inclusão como estratégia de governo: a condução da conduta dos sujeitos normais**. 129f. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.
- CUNHA, M.F.C. **Em busca da expressividade: o papel do teatro no cotidiano de pessoas com deficiência visual**. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) - Curso de Pós-graduação em Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 1, jul. 2001, p.197-223.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FROZZA, E., PASTORIZA, B.S. A Química é uma área experimental!?: discursos sobre a experimentação em um curso de formação de professores de Química. **Ciência e Natura**. Santa Maria, v. 43, n.5, 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179460X43465>. Acesso em 05 set. 2022.
- GIL PÉREZ, D. *et al.* Para uma imagem não deformada do trabalho científico. **Ciência & Educação**. v.7, n.2, p.125-153, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/DyqhTY3fY5wKhzFw6jD6HFJ/?format=pdf&lang=pt> .
Acesso em: 04 set. 2022.

LEMOS, F.C.S. História do espaço e governamentalidade em Michel Foucault. **Barbaroi**. n.36 Santa Cruz do Sul, p.138-148, 2012.

LOCKMANN, K. As práticas de inclusão por circulação: formas de governar a população no espaço aberto. **Cadernos de Educação**, Dossiê, p.19-36, 2016.

LOCKMANN, K. ; MACHADO, R.B.; FREITAS, D. D. A inclusão, a escola e a subjetivação docente: analisando o município do Rio Grande. **Educação em Revista**, n.33, p. 1-18, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698154132>. Acesso em: 29 set. 2022.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Henn. O GEPI e como nos tornamos o que somos. In: FABRIS, Elí Henn; KLEIN, Rejane Ramos (orgs.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 15-24.

LOPES, Maura Corcini; RECH, Tatiana Luiza. Inclusão, biopolítica e educação. **Educação**. Porto Alegre, vol. 36, n. 2, p. 210-219, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12942> Acesso em: 04 set. 2022.

NUNES, S.; LOMÔNACO, J. F. B. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Psicol. Esc. Educ.** v.14 , n.1, Jun 2010, p. 55-64.

PAULA, T.E.; LOGUERCIO, R.Q. Na linha da (A)normalidade: Deficiência Visual e a Química. **Investigações em Ensino de Ciências**. v. 27 , n. 2, p. 78-92, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22600/1518-8795.ienci2022v27n2p78>. Acesso em: 05 set 2022.

RODRIGUES, S. V. A. **Percepções Invisíveis**: reflexões sobre a prática fotográfica de deficientes visuais, experiências sensoriais e o trabalho antropológico. 2017. 96 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia) - Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA. M. L. Educação e inclusão no contexto do “neoliberalismo conservador” no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, vol. 13, n. 27, p. 149-166, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/download/13530/9595/48951> . Acesso em: 04 set. 2022.

SOUZA, D.J. **E agora você me viu? percursos comentados de uma pessoa com deficiência visual na UFAL**. 2019. 86f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

UHMANN, S.M.; SCHWENGBER, M. S. Sujeitos com deficiência no mundo do trabalho: discursos que marcam aparências e, por sua vez, capacidades?. **Educação Especial**. Santa Maria, vol. 33, p. 1 -18, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X32843> . Acesso em: 05 set. 2022.